

O CULTO ENGLOBANTE DA “FAMÍLIA” NOS MEIOS POPULARES CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL¹

Luiz Fernando Dias Duarte

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7610-1527>

No bojo de investimentos recentes sobre o populismo de direita no Brasil e a noção de pessoa envolvida na sua aceitação e difusão, trato aqui do valor “família” como eixo de uma representação “conservadora” da ordem social hegemônica nos “meios populares”.² Essa “família” engloba o gênero e a sexualidade e se afirma por um sistema de atitudes baseado no “respeito” e na “autoridade” (não necessariamente masculina). No contexto político atual, é reafirmada como uma revolta explícita contra o modelo moderno da autonomia da pessoa, do gênero e da sexualidade em relação à família – e suas implicações morais mais amplas. Busco

¹ Versão ampliada da comunicação apresentada em 9 de dezembro de 2024 à Mesa “Religião, gênero e sexualidade a partir do prisma da família”, do I Seminário Nacional de Gênero, Religião e Sexualidade: Controvérsias e Desafios Contemporâneos. I GeneReS, Universidade Federal de Juiz de Fora. Financiamento do artigo: Bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior do CNPq (processo no. 303276/2019-3).

² Uso a expressão aqui em um sentido muito lato, abarcando desde o operariado em sentido estrito até as camadas multiformes da população pobre que poderiam ser classificadas entre a pequena classe média, em um extremo, e o lumpemproletariado, no outro. O critério diferenciador é eminentemente cultural, mais do que econômico.

discutir o sentido dessa combinada e aparentemente contraditória reiteração do modelo hierárquico e da “família nuclear” nos meios populares contemporâneos (contra a família extensa), inclusive no tocante à relação com as congregações pentecostais e com as redes locais de criminalidade.

Após um tempo de afastamento da antropologia da família e da religião – para lidar com outras temáticas –, retornei a essa seara em 2023, em função do investimento na pesquisa sobre a “pessoa” em contextos de “populismo de direita”, desafiado pelos inquietantes desenvolvimentos políticos em torno da presidência de Jair Bolsonaro no Brasil. Isso se deu sobretudo a partir do diálogo com meu então doutorando Wagner Alves da Silva e com o pós-doutorando Marco Julián Martínez-Moreno. Ambos enfrentavam o tema da pessoa, embora por vias etnográficas bem diversas. O primeiro estudava o negacionismo da pandemia em redes sociais com participação popular (Alves da Silva 2023), e o segundo, as representações masculinas populares sobre a violência intradoméstica (Martínez-Moreno 2024a, 2024b). Ambos contribuíram para uma disciplina no Museu Nacional em que discutimos a pesquisa com “alteridades incômodas”, ou seja, contextos que se opõem às representações liberalizantes, progressistas, das classes médias e elites letradas metropolitanas (cf. Duarte e Martínez-Moreno 2024).

Nesse curso, ministrado na pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), procurou-se estudar as diferentes teorias e hipóteses que lidaram com os processos de compartilhamento e vivência das ideologias políticas, paralelamente ao exame das descrições e elaborações críticas correntes na sociedade brasileira contemporânea, particularmente acometida pelo que se pode chamar de um “populismo de direita”.

As ideologias ou configurações de valor, em qualquer situação histórica, necessitam ser portadas e compartilhadas pelas pessoas componentes da socialidade em que se manifestam, para que possam exercer efeitos culturais coletivos notáveis e duradouros. As sociedades modernas, onde se entrecrocamos mais explícita e regularmente as ideologias, dispõem de mecanismos complexos de constituição e transformação das formas de compartilhamento, que atravessam todos os níveis da organização social. As próprias características mais marcantes da “modernidade” são o resultado de um longo trabalho de articulação, difusão e convencimento de

algumas formações ideológicas, frequentemente em luta contra alternativas ou variações. Uma antropologia da pessoa e da família pode se empenhar na compreensão dos modos como os sujeitos sociais vivem as diferentes ideologias, muitas das quais absolutamente estruturantes de sua forma fenomenal. Não há “construção social da pessoa” sem o suporte de diversas configurações de valor, presentes durante toda a sua trajetória, ainda que contraditórias, alternativas ou sucessivas – desde aquelas, originárias, vividas na família de origem.

A “família” tem sido um referente constante de boa parte das reflexões relativas às mudanças em curso acelerado nas sociedades modernas, já desde, pelo menos, dois séculos. Nesse ínterim, veio a se constituir, inclusive, uma antropologia do “parentesco”, ao lado de uma história e uma sociologia da “família” – entre Lewis H. Morgan, com seu *Systems of consanguinity and affinity of the human family* (1997), e Frédéric Le Play, com sua *L'Organisation de la famille* (2012) – ambos publicados em 1871.

Para os termos restritos deste artigo, remeto inicialmente à proposta de Michel Foucault (1979) levantada no artigo “A política de saúde no século XVIII”, publicado em *Microfísica do Poder* e revisitado por mim em um artigo de 1995. Postulava ali o mestre que a “família moderna” teria nascido exatamente naquele período, em função das exigências da governamentalidade moderna.

A proposta de Foucault (1979) sublinhava como a família foi investida prioritariamente pelos governos modernizantes do século XVIII como suporte das novas estratégias de gestão da população. Não poderia haver políticas de saúde ou higiene pública, programas de saneamento ou de habitação, controles de abastecimento alimentar ou promoção da natalidade sem que graves modificações fossem impostas à organização familiar, sobretudo nos segmentos inferiores da sociedade. Um intenso aparato disciplinar foi posto gradativamente em ação nesse sentido.³

Eu vim acrescentar à proposta de Foucault que se tratava de um modelo – o da “família nuclear” – paradoxal: conservava os atributos hierárquicos tradicionais das unidades de parentesco (entre os gêneros e entre as gerações) e os saturava afetivamente;

3 No livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, Foucault e sua equipe analisaram um caso real emblemático das tensões entre a ordem familiar popular tradicional e as novas possibilidades de individuação na sociedade francesa do início do século XIX (2007 [1973]).

mas assumia, ao mesmo tempo, o novo papel de produtor de “indivíduos” – livres, iguais, autônomos.

Esse modelo atravessou todas as camadas sociais, com mais efetividade nos segmentos dominantes, só atingindo muito lentamente – em cada sociedade – os demais estamentos. Até hoje, em todas as sociedades modernas e em todas as classes, esse paradoxo age de modo a produzir tensões, ambiguidades e desafios – ainda que muito variados.⁴

Isso pode parecer inexato no tocante às classes populares, já que – por muitos motivos e em seguimento a muitas análises (inclusive a minha) – a ideologia do individualismo aí não teria até hoje prevalecido.

Efetivamente, eu propusera originalmente (Duarte 1986), a propósito das representações sobre as “perturbações físico-morais” (nervosismo, doença mental, loucura etc.), que prevalecia nas classes populares junto às quais realizara pesquisa um modelo holista, complementar, da pessoa, em que o lócus das ocorrências era sua trama relacional, mais do que uma instância interior dotada de lógica e historicidade próprias. A presença dessa instância caracterizaria, por outro lado, as noções de pessoa e de perturbação características das classes médias e das elites letradas. A relacionalidade popular abarca muitos níveis de sociabilidade, dos quais o principal era – e continua sendo – a “família”.

Já naquela época, imaginava, no entanto, que, devido ao fato de que a “cultura” das classes populares se desenvolve englobada por um universo imaginário em que o individualismo é hegemônico há pelo menos um século (no caso do Brasil), não poderia manter-se en vase clos, incorporando seletivamente, em diferentes níveis, dimensões das representações psicologizantes, interiorizantes.

Tania Salem (2006) revisou esse tópico já há algum tempo, esclarecendo diversas de suas dimensões (na crítica ao que chamou de “paradigma holista”) e estabelecendo uma importante distinção entre “indivíduoação” e “individualização” – que foi retomada por mim (e Edlaine Gomes) no livro *Três famílias* (Duarte e Gomes

⁴ As tensões intrínsecas à família moderna têm sido um dos temas mais fundamentais da literatura de ficção desde o final do século XVIII. De Goethe a Balzac ou Stendhal, de Jane Austen a Dostoiévski, de Flaubert a Machado de Assis, o “ninho de víboras”, como a chamou François Mauriac (2023 [1932]) no título de uma de suas obras mais conhecidas, foi – e continua sendo – um cenário tão essencial quanto desconcertante. Mais recentemente tem se desenvolvido o tema em situações originárias de classe popular, como nas obras prestigiosas de Annie Ernaux e Elena Ferrante.

2008). Ali acrescentamos, porém, a categoria “autoafirmação” – ainda possivelmente útil neste momento.

Entendíamos “autoafirmação” como alternativa mais esclarecedora da atitude que é às vezes confundida com um projeto de “ascensão social”. Embora um processo de “autoafirmação” bem-sucedido possa redundar em características de uma “ascensão social”, ou seja, de transição das classes populares para a classe média – ou mesmo mais para cima na escala social vigente –, o impulso original não é o de “subir na vida”, abandonando as redes sociais de formação, mas sim o de – ainda dentro delas – garantir uma reprodução social mais segura, menos exposta aos desafios constantes de uma condição frágil de vida. A autoafirmação dificilmente prescinde da referência à relacionalidade familiar original – ao passo que a ascensão social raramente comporta essa continuidade. Na verdade, a descontinuidade é um seu pressuposto.⁵

Sejam quais forem as possibilidades de interpretação da noção de “pessoa” no mundo social nacional – ou nesta e naquela classe –, é inegável que o referente “família” sempre se impõe como inarredável, dado que esse é o lócus primeiro de formação, elaboração e ativação da condição de pessoa.⁶

Recorro, para a discussão do que estou chamando de “culto englobante”, a um artigo em que analisei a presença dos valores da “família”, da “religião” e da “localidade” na votação a respeito do *impeachment* da então presidente do Brasil pela Câmara dos Deputados em 2016 (Duarte 2017). Família foi a categoria moral mais frequente nas declarações de voto apresentadas oralmente: 173 dos 513 deputados votantes a mencionaram (em diferentes registros). Religião, a categoria seguinte, mereceu 71 menções, de muito variado teor. Como comentei no artigo, a análise revelava que – afinal de contas – a avalanche de votos “morais” não tinha

5 Lembro-me de pelo menos duas boas etnografias de situações de ascensão social a partir do mundo popular: a de Richard Sennett e Jonathan Cobb sobre a passagem intergeracional de blue-collar para white-collar no nordeste dos EUA nos anos 1960 (1972) e a de Gilberto Velho sobre a migração da Zona Norte e subúrbios do Rio de Janeiro para o bairro de Copacabana no mesmo período (1972).

6 Não foram raras as tentativas de socialização não familiar coletiva no mundo moderno, mas nunca se afirmaram de modo duradouro. Alguns movimentos religiosos messiânicos ou de caráter socialista ensinaram as primeiras ocorrências ainda no século XIX, ora na Europa, ora na América do Norte. Tanto o regime soviético quanto o regime nazista tomaram iniciativas de socialização coletiva parciais, assim como o movimento dos kibutzim israelenses – em seu formato original.

sido tão espantosa – embora esta tivesse sido a impressão inicial de quantos tinham acompanhado aquele grave evento político.

Se retornarmos ao tema da pessoa, certamente será considerado despropositado considerar a massa dos parlamentares brasileiros como pertencentes às classes populares. Na ausência de análises abrangentes e minuciosas sobre as origens e trajetórias sociais desse complexo e instável segmento de nosso governo, força é considerar, porém, que uma boa parte tem procedido em sintonia com o que as etnografias daquelas classes nos demonstram recorrentemente. Naquele episódio – como analisei –, eles certamente jogavam para a plateia – uma plateia que sabiam ser fiel àqueles valores.

Antes de avançar, é preciso aclarar que a pesquisa sobre o culto da família nas classes populares não significa supor que lhes seja exclusiva; trata-se de um fenômeno mais abrangente, sobre cujas formas e razões não há como se estender aqui longamente. De modo geral, as elites tradicionais, lastreadas em propriedade fundiária ou corporativa, dependem fortemente do imaginário genealógico que sustenta seu prestígio. As formas de culto da família são aí muito complexas, mas organizadas sobre pressupostos e em rituais muito diversos dos das demais classes. Há uma ênfase no caráter transgeracional de longo prazo e na qualidade das relações de afinidade em todas as gerações, que podem garantir fluxos continuados de valor econômico e simbólico.⁷ Nas camadas médias, encontram-se grandes variações do culto, dependendo do nível dos capitais de cada grupo, ora aproximando-se das configurações das elites, ora assemelhando-se às frações mais altas dos segmentos populares.⁸

Nas classes populares, o culto consiste na afirmação da preeminência da “família” – que consiste, fundamentalmente, na figuração moral de um núcleo relacional restrito, composto por um casal e seus filhos (a “família nuclear” das análises históricas, sociológicas e estatísticas), em que prevalece a hierarquia de gênero e geração já

7 Três excelentes trabalhos sobre esse tipo de culto e a sua dinâmica são o estudo de uma família da alta burguesia mexicana, levado a cabo por Larissa Lomnitz e Marisol Perez-Lizaur (1987), um estudo sobre elites industriais do norte da Itália, realizado por Sylvia Yanagisako (1979), e a análise sócio-histórica da família Rothschild feita por Michel e Monique Pinçon (1998).

8 Examinei a dinâmica entre a trama familiar transgeracional e a subjetivação individual em minha própria família materna – de “classe média abastada” – em um artigo de 2011. Em 2017, junto com Rachel Menezes, examinei as condições mais gerais da configuração familiar contemporânea, explorando as suas dimensões “religiosas” para além do “culto” de que trato aqui.

referida, expressa pelos valores do “respeito” e da “autoridade” (p. ex., Duarte 1986; Fonseca 2000; Salem 2004, 2006; Vital da Cunha 2020). Esse núcleo é considerado ao mesmo tempo como “natural” e como “sagrado” – espaço essencial da vida privada e associado de maneira complexa, metonímica, com a representação da mais alta ordem pública (como a encenar a ideologia da dita “célula mater da sociedade”).⁹

Essa relação entranhada entre privado e público já foi considerada como característica geral da sociedade brasileira (cf. Duarte 2009, 2017 – sobre as análises de Roberto DaMatta e Luiz Tarlei de Aragão), por oposição à ênfase moderna no secularismo público ou na separação entre Estado e religião (Dullo 2024, Giumbelli e Camurça 2024). As reações à modernidade, aceleradas e sistematizadas a partir de meados do século XIX, sempre remeteram (e continuam remetendo) a um núcleo moral, considerado trans-histórico, centrado na “família”. Ante um Estado crescentemente laico e “racional-científico”, as tendências hegemônicas das igrejas cristãs erigiram como anteparo a resistência moral privada – ainda que sempre disposta a invadir a ordem pública. Nas classes populares da sociedade brasileira, esse movimento apenas corroborou uma ordem sociopolítica precedente, de comunhão religiosa, familiar e localista – subordinada e distante das sucessivas ondas de modernização política e econômica advindas das classes e elites dirigentes (fora as notórias e não muito numerosas ocorrências de messianismo e cultos de cargo). As ondas sacudiram, no entanto, cada vez mais, esse lugar englobado – rompendo e desafiando o localismo (p. ex., com a expulsão dos campos e a urbanização acelerada) e impondo reinterpretações do funcionamento e sentido da família e da religião.

Minha exposição se centra em quatro dos muitos focos do destino contemporâneo dessa história: (1) o processo de mudança com “desentranhamento” social e “modernização reativa”; (2) a permanência e a metamorfose do privilégio relacional do “localismo”

⁹ A forma família privilegiou longamente, no Ocidente, a sua variante “extensa”, em que os casais não formam unidades isoladas ao redor de seus filhos, mas participam de redes complexas de parentesco, a que servem e de que se nutrem tanto em termos práticos quanto simbólicos. A transformação apontada por Foucault como iniciada no século XVIII lutou contra esse formato, insistindo, por diversos meios, na “nuclearização” das redes. Como já disse, o processo avançou um pouco por toda parte, resistindo sobretudo nos segmentos extremos das elites fundiárias e das classes populares. A família de que falo nesses últimos segmentos é já consideravelmente nuclearizada, embora não sem tensões complexas, amplamente estudadas.

ou “rede de malha estreita”; (3) a crescente intrusão do privado no público e as “éticas prévias à adesão religiosa”; e (4) o processo de “agonismo dialético” em ação.

(1) Trata-se aqui apenas de alguns dos aspectos ideológicos do multiforme e avassalador processo de mudança social, acelerada no Brasil a partir da década de 1950. Em outros textos (Duarte 2004 e 2009), analisei o efeito de “desentranhamento” que caracterizava essa mudança (cf. Polanyi 1980 [1944]): de um mundo entranhado nas relações familiares, religiosas e locais tradicionais, passava-se para um mundo caracterizado pela ruptura das relações correntes e busca inevitável de novas redes – não raramente a partir do zero (expulsão, migração etc.).¹⁰ A habituação a essa nova dinâmica permitiu uma atitude de relativização ou estranhamento parcial das adesões, favorecendo as passagens religiosas, por exemplo – ou a aproximação de redes criminosas. Ao dizer parcial, lembro da estimulante análise de Sérvulo Figueira (1986) sobre o que chamou de “modernização reativa”: a adoção – em situações de crise e acelerada mudança – de algumas dimensões das ideologias hegemônicas em seu formato mais evidente, sem uma efetiva modificação das disposições morais originais subjacentes.¹¹ A mais notável dessas mudanças é a da temporalidade da trajetória pessoal: pode-se proceder à “busca de status adquirido” (na verdade, “reavaliações funcionais” – no sentido de M. Sahlins 1985) em detrimento do “status atribuído” estabilizado (Duarte 2009:27). O tema do “empreendedorismo”, assim como o das correntes da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio (Vital da Cunha 2020), podem ser a isso correlacionados – sem que se possa afirmar a presença de uma “individualização” para além de uma “autoafirmação” (Duarte e Gomes 2008).

(2) O contraponto a essa valoração positiva da “aquisição de status” é a preservação do privilégio do pertencimento a “redes de malha estreita” (Bott 1957), exemplarmente representados por um “localismo” (cf. Duarte 1986, 2009:28-32). O fenômeno foi regularmente associado a um perfil geral do mundo social brasileiro,

10 A mudança generalizada comporta um permanente potencial de “desentranhamento” (cf. Polanyi 1980; Dumont 1985) e seu aspecto mais visível é a entrada dos valores numa espécie de “mercado”, de suspensão relativa de seu caráter a priori (moralmente determinado) e de ênfase em seu modo de “escolha” (o “subjativismo” já citado).

11 O que se poderia considerar como uma versão microsociológica do processo descrito por Barrington Moore (1975) como “modernização conservadora” para a macrodinâmica das implantações tardias do capitalismo.

sob as figuras do paternalismo e do patrimonialismo, e se manifesta hoje – nas classes populares – sob a espécie da fidelidade às suas zonas de vizinhança (mesmo quando violentas e degradadas), do pertencimento às congregações religiosas de adesão, assim como à que pode se materializar em *peer-groups* e quadrilhas criminosas.¹²

Creio ser a isso que Martínez-Moreno (2024b:08) se refere como uma “experiência de agregação”, no bairro popular do Grande Rio onde tem feito pesquisa; no mesmo sentido em que eu já falara de “dinâmica de agregação coletiva” (Duarte 2009:28).¹³

(3) Como já mencionei, às tradicionais tensões com a implantação de um regime republicano laico tem-se somado uma crescente expectativa de intrusão do privado no público, ou melhor – paradoxalmente – de, ao mesmo tempo, ter-se o fomento de intervenções morais pelo poder público (como no caso presente da chamada “lei do estuprador”¹⁴) e a resistência à regulação pública da vida privada (como no caso do “negacionismo” da vacina ou no da escola pública “sem ideologia”).¹⁵ O critério é sempre o da prevalência almejada da “moralidade” sobre a “civildade” – ou, como já analisei em outro texto (Duarte 2009), da *cité domestique* sobre a *cité civique* – nos termos de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1987). Essa moralidade, amparada frequentemente por referências religiosas cristãs, opõe-se essencialmente à autonomização da pessoa, do gênero e da sexualidade em relação à família, como núcleo hierárquico ideal – este último – onde prevalecem o “respeito” e a “autoridade”. Os dados de Martínez-Moreno (2024b) sobre Herbert, seu interlocutor marinho da periferia do Rio de Janeiro, são lapidares a esse respeito, nas complexas atualizações concretas em que se apresentam.

12 São muito importantes os trabalhos realizados sobre as inesperadas proximidades entre as relacionalidades religiosas e criminosas no Brasil: Birman (2003, 2019), Teixeira (2011), Vital da Cunha (2015) etc.

13 A literatura sobre o papel agregador da “vizinhança” nas classes populares é vasta, desde os clássicos de Foote-Whyte (2005 [1943]) e Oscar Lewis (1973 [1961]) até trabalhos mais recentes, como os de Claudia Fonseca (2000) e de Simoni Guedes (2006).

14 Trata-se de um projeto de lei (PL 1904/24), em tramitação na Câmara dos Deputados, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo em casos de estupro, tornando a pena maior do que a que poderia ser aplicada ao próprio estuprador.

15 O projeto de lei nº 867/2015, em tramitação na Câmara dos Deputados, também chamado de “Lei da Mordaca”, foi proposto pelo movimento “Escola Sem Partido” ou “sem ideologia”, visando a coibir a promoção de valores morais modernizantes na formação escolar.

Tenho insistido que o apelo a argumentos explicitamente religiosos (externados sobretudo pelas lideranças rituais e políticas) consiste em “racionalizações” de éticas previamente internalizadas, em um nível dificilmente consciente. Como já disse a respeito: “os valores laicos preeminentes (e, portanto, dotados de um valor paradoxalmente ‘religioso’) do ‘subjativismo’ e do ‘naturalismo’ acabam por se apresentar como mais constantes e englobantes do que os que se apresentam como explicitamente ‘religiosos’” (Duarte 2009:37).

A “retórica da perda”, tão esclarecedoramente estudada por Christina Vital da Cunha (2020), pode – pelo menos em parte – ser associada a esse foco, no sentido de que representa, na forma de uma temporalidade supostamente degenerada, a oposição entre a autêntica moralidade reinante no passado e as ameaças presentes de ruptura com a ordem legítima das relações.¹⁶

(4) Quando Gregory Bateson (1958 [1936]) propôs a categoria de cismogênese para a compreensão da dinâmica relacional do ritual do *naven* entre os Iatmul, ele mesmo deu início à aplicação daquele mecanismo à compreensão de fenômenos das sociedades de grande escala, como a ocidental moderna. Tania Salem (2006) utilizou a “cismogênese complementar” (um dos dois tipos descritos por Bateson) para o estudo das relações entre os gêneros no mundo popular brasileiro, retomando o sentido original do criador, de uma dinâmica relacional diádica. Nos seus termos: “O processo de cismogênese tem sua singularidade no fato de desenvolver-se por reações e alimentações mútuas: a ação de A desencadeia uma resposta em B que, por sua vez, desencadeia uma reação ainda mais radical de A, e assim sucessivamente” (Salem 2006:432).

Posteriormente, utilizei o mesmo recurso para a apresentação da dinâmica de oposição sistemática mais abrangente, tipicamente contemporânea, entre a ideologia do individualismo (com seus corolários de racionalização, desentranhamento, laicização e autonomização dos sujeitos e dos domínios) e tudo o que se lhe tem oposto desde o século XIX – e a que damos nomes como os de conservadorismo, reacionarismo, populismo, autoritarismo e fascismo (Duarte e Martínez-Moreno 2024).

16 “[...] evangélicos, mais do que quaisquer outros, identificavam na preservação da unidade familiar a resolução de inúmeros problemas sociais: do incremento da economia com uma disciplina orientada para o sucesso desde a tenra infância até a contenção do uso de drogas e aumento da autoconfiança. Assim que, resumidamente, a defesa da família se tornou um recurso discursivo fundamental e que desafiava quem ousava denunciá-lo” (Vital da Cunha 2020:135).

O cenário contemporâneo pode ser interpretado à luz dessa dinâmica, a que se pode aplicar os nomes de “agonismo dialético”, “escalada cismogenética”, “confronto instituinte” ou “polarização escalar” (Salem 2006, Duarte 2009:28, Duarte e Martínez-Moreno 2024, Martínez-Moreno 2024b). Maria Filomena Gregori (no prelo) também lançou mão dessa ideia, sob o nome de *backlash* – atualmente comum na esfera internacional. A dimensão principal dessa utilização do conceito de Bateson é a de apresentar as múltiplas manifestações fenomenais de um cenário de confrontos ideológicos como um “sistema de transformações integrado” (Duarte 2009:23).¹⁷

*

Como se pode ver, cada um desses quatro focos se expressa e reverbera na família, envolvendo (1) a sua nuclearização e o processo de autoafirmação “individual” (agora se estendendo também profusamente às mulheres), (2) a constituição de redes densas ao redor do núcleo mínimo – religiosas, corporativas (com frequência virtuais) – fora do parentesco extenso, (3) a consolidação do culto moral da família antes da acolhida religiosa que o sanciona e (4) o acirramento irrefreável da oposição às pautas da “liberalização” dos costumes.

Algumas objeções podem ser levantadas contra esta proposta de um “culto da família” nas classes populares. É estatisticamente comprovado que cresce nesses meios o número de famílias monoparentais, frequentemente lideradas por mulheres (a chamada “matri-focalidade”). É também muito conhecida a maior fragilidade do vínculo masculino em relação à vida conjugal, envolvendo uma alta circulação entre unidades relacionais, a manutenção concomitante de múltiplas “famílias” ou a ocorrência de violência doméstica. Nenhuma dessas manifestações aparentemente anômicas chega,

¹⁷ Lévi-Strauss (1971:278) parece tratar do mesmo processo, ao descrever as “transformações simétricas”: “O reflexo, a inversão e a simetria, tal como ocorrem nos mitos, dão testemunho de um esforço inconsciente de superar necessidades contraditórias: de um lado, as que resultam da proximidade territorial e das vantagens políticas e econômicas inerentes à colaboração; e, por outro lado, o paroquialismo e a necessidade de uma identidade original. Um equilíbrio precário se estabelece entre essas tendências conflitantes, e é isso que empresta ao mito a sua força dinâmica. É aqui, também, que se pode mais propriamente encontrar a chave das relações transformacionais que determinam os diferentes estados de qualquer mito, e que, entre grupos e entre diferentes seções ou diferentes períodos do mesmo grupo, correspondem à dupla necessidade de acomodar e contrastar o que cada um sabe sobre outrem e o que cada um acredita ser peculiar a si mesmo”.

porém, a cancelar a preeminência do valor “família”. Em meio a múltiplas vicissitudes, sempre se destaca a reverência à intensa comunhão entretecida nessa rede constituinte (Duarte *et al.* 2006). Tania Salem (2006) introduziu uma importante percepção nesse quadro: a de que o culto não irmana necessariamente o casal, como preceitua a ideologia da “família nuclear”, mas outras linhas relacionais, como a que une indelevelmente os filhos homens a suas mães.¹⁸

Como em tantas outras situações sociais, no âmbito da cultura ocidental ou alhures, a adesão a um culto – como este – conforma e institui uma marca identificadora, uma disposição contrastiva aguerrida, capaz de sustentar tomadas de posição bem definidas, tanto nas relações próximas quanto no plano institucional mais abrangente. O localismo acendrado, que depende da crença e ostentação do “respeito” entre os correligionários, exige uma primordial disposição de “desrespeito”, de desqualificação, da posição antagônica, adversa.

Os valores primordiais de qualquer sistema sociocultural têm sempre um múnus religioso. De seu culto, de seus preceitos e de suas práticas se nutrem todas as forças sociais em jogo a cada momento. O que acabo de descrever baliza os mais graves desafios de nossas sociedades contemporâneas.

Referências bibliográficas

- ALVES DA SILVA, Wagner. (2023), *Os remédios da nação: da controvérsia medicamentosa no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRJ.
- BATESON, Gregory. (1958 [1936]), “Ethological contrast, competition and schismogenesis”. In: G. Bateson. *Naven: a survey of the problems suggested by a composite picture of the culture of a New Guinea tribe drawn from three points of view*. Stanford: Stanford University Press.
- BIRMAN, Patrícia. (2003), “Corpo a corpo: religião, política e violência no Rio de Janeiro”. *Teoria e Sociedade*, nº especial: 98-104.
- BIRMAN, Patrícia. (2019), “Narrativas seculares e religiosas sobre a violência: as fronteiras do humano no governo dos pobres”. *Sociologia & Antropologia*, vol. 9, nº 1: 111-134.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1987), *Les économies de la grandeur*. Paris: PUF.

¹⁸ Salem sublinha, no mesmo texto, que há “uma tensão estrutural entre gêneros na classe popular, e que ela encontra expressão, exemplar e condensada, na oposição vínculo x circulação” (2006:439). Ver também, sobre isso, Martínez-Moreno (2024a, 2024b).

- BOTT, Elizabeth. (1957), *Family and social network*. London: Tavistock.
- DUARTE, Luiz F. D. (1986), *Da Vida Nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/CNPq.
- DUARTE, Luiz F. D. (2004), "A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções". In: A. Piscitelli; M. F. Gregori; S. Carrara (ed.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- DUARTE, Luiz F. D. (2009), "Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas à busca de um modelo". In: G. Velho; L. F. D. Duarte (ed.). *Gerações, família, sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras.
- DUARTE, Luiz F. D. (2017), "Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República". *Religião & Sociedade*, vol. 37, nº 1: 145-166.
- DUARTE, Luiz F. D. et al. (2006), "Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes". In: L. F. D. Duarte; M. L. Heilborn; M. Lins de Barros; C. Peixoto (ed.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- DUARTE, Luiz F. D.; GOMES, Edlaine C. (2008), *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DUARTE, Luiz F. D.; MARTÍNEZ-MORENO, Marco J. (2024), "The person in contemporary contexts of right-wing populism: an uncomfortable study". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 21: 1-23.
- DUARTE, Luiz F. D.; MENEZES, Rachel A. (2017), "Transpersonal Ether: personhood, family and religion in modern societies". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 14, nº 1: 01-17.
- DULLO, Eduardo. (2024), "Secularization, secularism and laicidade in Brazil: rethinking global theoretical assumptions". *Religion Compass*, vol. 18: 1-11.
- FIGUEIRA, Sérvulo. (1986), "O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social". In: S. Figueira (ed.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FONSECA, Claudia. (2000), *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- FOOTE-WHYTE, William. (2005 [1943]), *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, Michel. (1979), "A política da saúde no Século XVIII". In: M. Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel et al. (2007 [1973]), *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal.
- GIUMBELLI, Emerson; CAMURÇA, Marcelo (org.). (2024), *Transformações da laicidade: estado, religião e sociedade em relação*. Brasília: ABA Publicações.
- GREGORI, Maria Filomena. (no prelo), "A review of the limits of sexuality in the Brazilian literature". In: C. Fonseca; L. F. D. Duarte (ed.). *A thriving and committed anthropology: the contribution from Brazil*. London: Royal Anthropological Institute.

- GUÉDES, Simone L.; LIMA, Michelle da S. (2006), “Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores”. In: M. Lins de Barros (ed.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LE PLAY, Frédéric (2012 [1871]), *L'Organisation de la famille selon le vrai modèle signalé par l'histoire de toutes les races et de tous les temps*. Charleston, SC: Nabu Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1971), “L'homme nu”. In: C. Lévi-Strauss. *Mythologiques*. Paris: Plon, vol. 4.
- LEWIS, Oscar. (1973 [1961]), *Los hijos de Sanchez: autobiografía de una familia mexicana*. Mexico D.F.: Joaquín Mortiz.
- LOMNITZ, Larissa A.; PEREZ-LIZAU, Marisol. (1987), *A Mexican elite family, 1820- 1980: kinship, class, and culture*. New Jersey: Princeton University Press.
- MARTÍNEZ-MORENO, Marco J. (2024a), “A vítima de Quetzalcóatl: consciência de gênero, resistência masculina e atitude analítica diante da violência”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 30, nº 1: 1-35.
- MARTÍNEZ-MORENO, Marco J. (2024b), “A liberdade de Herbert: a força e o pensamento de um pai de família – notas etnográficas”. In: *Seminário Anticomunismos e conspiracionismos no Brasil e nas Américas: passados, presentes*, 1., 2024, Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: UFJF. (Mesa redonda 9. Conspiracionismos e anticomunismos no quadro recente.)
- MAURIAC, François. (2023 [1932]), *Ninho de víboras*. Lisboa: Teorema Editora.
- MOORE JR., Barrington. (1975 [1966]), *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- MORGAN, Lewis H. (1997 [1871]), *Systems of consanguinity and affinity of the human family*. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. (1998), *Les Rothschild: une famille bien ordonnée*. Paris: La Dispute.
- POLANYI, Karl. (1980 [1944]), *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- SAHLINS, Marshall. (1985), *Islands of History*. Chicago / London: The University of Chicago Press.
- SALEM, Tania. (2004), “‘Homem... já viu, né?’: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular”. In: M. L. Heilborn (ed.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-61.
- SALEM, Tania. (2006), “Tensões entre gêneros nas classes populares: uma discussão com o paradigma holista”. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 12, nº 2: 419-447.
- SENNETT, Richard; COBB, Jonathan. (1972), *The hidden injuries of class*. New York: Knopf.
- TEIXEIRA, Cesar P. (2011), *A construção social do “ex-bandido”: um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- VELHO, Gilberto. (1972), *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VITAL DA CUNHA, Christina. (2015), *Oração de traficante: uma etnografia*. Rio de Janeiro: Garamond.

- VITAL DA CUNHA, Christina. (2020), "Retórica da perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco". *Plural – Antropologías desde América Latina y el Caribe*, año 3, nº 6: 123-149.
- YANAGISAKO, Sylvia. (1979), "Patriarchal desire: law and sentiments of succession in italian capitalist families". In: J. de Pina-Cabral; A. P. de Lima (ed.). *Elites: choice, leadership and succession*. New York: Berg.

Editor-Chefe:

Edilson Pereira

Editores Convidados:

Raphael Bispo, Célia Arribas e Oswaldo Zampiroli

Editor-Assistente:

Lucas Bártolo

Submetido em:

13/03/2025

Aprovado em:

16/05/2025

Declaração de Disponibilidade de Dados

Não Aplicável.

Luiz Fernando Dias Duarte* (lfdduarte@uol.com.br)

* Antropólogo; Pesquisador Colaborador Doutor Sênior e Professor titular aposentado do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Resumo

O culto englobante da “família” nos meios populares contemporâneos no Brasil

Palavras-chave:

família;
religião;
classes populares;
populismo;
pessoa.

No bojo de investimentos recentes sobre o populismo de direita no Brasil e a noção de pessoa envolvida na sua aceitação e difusão, examino o valor “família” como eixo de uma representação “conservadora” da ordem social hegemônica nos “meios populares”. Essa “família” engloba o gênero e a sexualidade e se afirma por um sistema de atitudes baseado no “respeito” e na “autoridade”. No contexto político atual, ela é reafirmada como uma revolta explícita contra o modelo moderno da autonomia de gênero e sexualidade em relação à família – e suas implicações morais mais amplas. Busco discutir o sentido dessa combinada e aparentemente contraditória reiteração do modelo hierárquico e da “família nuclear” nos meios populares contemporâneos (contra a família extensa).

Abstract

The overarching cult of the “family” in contemporary lower classes in Brazil

Keywords:

family;
religion;
lower classes;
populism;
personhood.

In the wake of recent investments on right-wing populism in Brazil and on the notion of person involved in its acceptance and diffusion, I examine the “family” value as an axis of a “conservative” representation of the hegemonic social order in “lower classes”. This “family” encompasses gender and sexuality, and is affirmed by a system of attitudes based on “respect” and “authority”. In the current political context, it is reaffirmed as an explicit revolt against the modern model of gender and sexuality autonomy in relation to the family - and its broader moral implications. I seek to discuss the meaning of this combined and apparently contradictory reiteración of the hierarchical model and the “nuclear family” in contemporary lower classes (against the extended family).

Resumen

El culto abarcador de la “familia” en los medios populares contemporáneos en Brasil

Palabras clave:

familia;
religión;
clases populares;
populismo;
persona.

En el marco de recientes inversiones sobre el populismo de derecha en Brasil y la noción de persona implicada en su aceptación y difusión, examino el valor “familia” como eje de una representación “conservadora” del orden social hegemónico en los “medios populares”. Esta “familia” abarca el género y la sexualidad y se afirma por un sistema de actitudes basado en el “respeto” y la “autoridad”. En el contexto político actual, se reafirma como una revuelta explícita contra el modelo moderno de la autonomía de género y sexualidad con respecto a la familia - y sus implicaciones morales más amplias. Busco discutir el sentido de esta reiteración combinada y aparentemente contradictoria del modelo jerárquico y de la “familia nuclear” en los medios populares contemporáneos (contra la familia extensa).